

VIOLÊNCIA E JUVENTUDE EM GOIÁS: NARRATIVAS DOS JOVENS DE ESCOLAS PÚBLICAS

MIRIAM FÁBIA ALVES

Universidade Federal de Goiás (UFG), Goiânia, Goiás, Brasil

RESUMO: Objetivamos analisar a narrativa de jovens das escolas públicas de Goiás acerca das relações entre violência e juventudes. As narrativas foram obtidas por meio da realização de rodas de conversa e questionário com 271 jovens do 3o ano do ensino médio de escolas estaduais em quatro cidades goianas marcadas por altos índices de violência: Aparecida de Goiânia, Goiânia, Luziânia e Rio Verde. Pode-se concluir que as narrativas dos jovens revelam matizes importantes para compreender o fenômeno da violência juvenil, pois, de um lado, ecoam o discurso hegemônico de que o jovem é violento e, de outro, reconhecem os jovens como vítimas do sistema e apontam a importância das instituições e da ação estatal para o enfrentamento da violência.

PALAVRAS-CHAVE: Jovens. Violência. Goiás. Narrativas.

INTRODUÇÃO

Os meses de maio a agosto de 2015 – ano de celebração dos 25 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) – entraram para a história brasileira como um período fatídico que marcou o início de um tempo de retrocesso dos direitos dos adolescentes e jovens brasileiros. Esse período foi antecedido por um movimento juvenil bem expressivo, conhecido com as Jornadas de Junho de 2013, em que estiveram em evidência duas pautas: a “luta popular”, convocada pelo Movimento Passe Livre (MPL) em torno da redução da tarifa do transporte público, e a “luta de massa”, quando um

conjunto significativo de manifestações ganhou a adesão popular, com reivindicações múltiplas e difusas (GROPPO, 2016). À primeira vista, parecia que tínhamos uma forte mobilização popular, mas, ao mesmo tempo, foi se explicitando as rupturas entre os distintos grupos que constituíam o movimento. Essas clivagens entre os diferentes projetos de sociedade para o Brasil vão aparecendo de forma mais evidente e se escancaram nas eleições presidenciais de 2014 e no quanto as pautas conservadoras para a juventude se manifestaram de forma polarizada em 2015, em torno do debate da redução da maioridade penal, com a sociedade cindida em duas trincheiras: de um lado, o grupo dos que durante anos vêm defendendo os direitos da criança, dos adolescentes e jovens; de outro, os que ganharam voz e legitimidade na corrente conservadora que contaminou as instituições, o espaço político e encontrou vazão de suas insatisfações, atribuindo aos adolescentes e jovens a culpa pela violência estrutural crescente. Nesse cenário, a solução para todos os problemas brasileiros passou a ser uma pauta de retirada dos direitos dos mais vulneráveis, e o debate em torno da redução da maioridade penal era revelador das dificuldades do diálogo, do argumento racional no debate, do uso racional dos dados para embasar a ação do Estado brasileiro. A redução da maioridade penal pode ser considerada emblemática para compreender as dificuldades do debate de políticas públicas para adolescentes e jovens no Brasil, e também o ataque frontal e crescente aos direitos adquiridos pelos mais pobres.

Foi em meio a esse intenso debate ao longo do ano de 2015 que realizamos o trabalho de campo de nossa pesquisa, com jovens do ensino médio das escolas públicas goianas, com os quais realizamos rodas de conversa para ouvi-los acerca de educação, religião e violência. Partindo dos dados da pesquisa, este artigo objetiva analisar a narrativa dos jovens acerca das relações entre violência e juventude.

A análise foi realizada a partir do conjunto de dados – os questionários aplicados entre os jovens e as narrativas obtidas em oito rodas de conversa – que compõe o *corpus* documental da pesquisa “Juventude em Goiás: Vivências em rodas de conversa com jovens em escolas públicas de cidades mais violentas no estado – Possibilidades de intervenção”, que foi realizada pelo Grupo de Pesquisa Condição Juvenil em Goiás¹ e que tinha como objetivo investigar as representações sociais dos jovens de escolas públicas acerca de violência, religião e educação. A pesquisa foi realizada entre os anos de 2014 e 2016 e contou com financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa em Goiás (FAPEG).

O artigo está dividido em três partes: a primeira apresenta a metodologia da pesquisa e uma reflexão sobre as rodas de conversa; no segundo momento, há uma discussão sobre o crescimento da violência contra os jovens em Goiás e os enfrentamentos possíveis a essa realidade apresentados pela campanha “A juventude quer viver”; e, por último, são analisadas as narrativas dos jovens sobre violência e juventudes.

1 EM “RODAS DE CONVERSA” – A METODOLOGIA DA PESQUISA

Ao longo do período de realização da pesquisa, trabalhamos com os jovens do 3º ano do ensino médio, matriculados em escolas públicas estaduais das cidades de Goiânia, Aparecida de Goiânia, Luziânia e Rio Verde – emblemáticas da situação de violência que Goiás tem constantemente vivenciado. Numa breve caracterização dessas cidades no ano de 2015, podemos compreender a situação crescente de violência que atinge especialmente os jovens: 1) Rio Verde se situa no sudoeste goiano, tendo se tornado uma cidade polo na região. Segundo estimativas, sua população era de 207.292 habitantes, sendo a quarta mais populosa de Goiás. A cidade era apontada pelo Mapa da Violência de 2012 como a 68ª cidade mais violenta para os jovens no estado e no país; 2) Luziânia encontra-se localizada no entorno de Brasília. É o quinto município mais populoso do estado, com uma população estimada em 179.582 habitantes. Estava em franco desenvolvimento, deixando de ser somente cidade-dormitório e criando uma dinâmica própria ligada à proximidade com a capital federal. É a 34ª cidade em índices de violência em Goiás e no país. Durante uma das rodas de conversa, um dos jovens afirmou o seguinte: “Em Luziânia, estava vendo estes dias reportagem, é uma das cidades mais violentas do país” (JOVEM 9, Luziânia, 2015); 3) Aparecida de Goiânia tinha uma população estimada em 455.657. Cidade do entorno da capital, sofre com o problema da intensa migração, passa por uma dinâmica de expansão e, aos poucos, tem deixado de ser cidade-dormitório. Vive um alto índice de violência geral e marginalização dos jovens por parte das autoridades e da polícia. Encontra-se também no mapa da violência, como a 94ª entre as cidades mais violentas para a juventude; 4) Goiânia tinha uma população de 1.302.001 habitantes. A capital enfrentava um momento em que as políticas públicas sociais estavam sendo secundarizadas e, apesar do trabalho realizado com as juventudes, o extermínio dos jovens continuava invisível para a sociedade. No Mapa da Violência, aparece com uma das capitais mais perigosas para a juventude viver e, em 2015, foi apresentada como a 9ª capital do país em taxas

de óbito, apresentando um crescimento de 44,4% no período de 2002/2102 (WAISELFISZ, 2012; 2015).

Nessas cidades, foi escolhida uma escola estadual que oferece ensino médio matutino e noturno. Trabalhamos com as turmas de 3º ano, objetivando alcançar os jovens de 15 a 19 anos, totalizando 217 jovens que participaram da pesquisa.

As rodas de conversa constituíram a principal fonte de dados. Como complemento, utilizamos o questionário, que objetivava identificar o perfil dos jovens entrevistados, contendo questões relativa a idade, sexualidade, local de moradia, estudo, condições econômicas da família, nível de escolaridade dos pais, acesso à internet e a redes sociais, bem como questões relacionadas a situações de vivência ou não de violência. Em cada escola foram realizadas duas rodas de conversa com um grupo de cerca de 20 a 30 jovens, utilizando uma metodologia que possibilitasse o diálogo a partir dos jovens, dando-lhes voz. Essas rodas de conversa foram guiadas por músicas e vídeos, como forma de estimular o debate por meio de um clima mais dinâmico, de modo que os jovens pudessem se expressar livremente sobre os temas propostos e o lugar que estes ocupam em suas vidas.² A realização das rodas foi feita por jovens universitários, na faixa etária da juventude investigada, que apresentavam uma linguagem aproximada ou similar aos jovens investigados, além da sua dinamicidade e do seu engajamento nas movimentações que circundam os discursos juvenis com seus espaços e trajetórias. Cada roda contou com a presença de dois ou mais pesquisadores, que ficaram com o papel de observar e acompanhar a realização da rodas. Cada roda teve em média uma duração de uma hora e meia, dividida entre a aplicação do questionário e a vivência das “rodas de conversa”.

Mas o que são as “rodas de conversa”? Como caracterizá-las? As “rodas se tornaram canais responsáveis por trazer à tona as vozes, as expressões e os gestos dos jovens e colocá-los em cena [...] contribuindo para a quebra de estigmas e preconceitos” (SILVA; NETA, 2010, p.55). Na experiência que temos realizado desde 2009, a roda de conversa, na metodologia da pesquisa, contava com características próprias de uma compreensão de escuta das juventudes organizadas, de forma que os jovens pudessem expressar suas narrativas sobre o tema em debate. Para isso, as rodas eram planejadas com antecedência, o roteiro preparado, os jovens mediadores – em geral, de faixa etária semelhante à dos jovens entrevistados – eram escolhidos e capacitados, as estratégias definidas. As rodas contavam com alguns recursos, tais como utilização de músicas, cartazes e vídeos para motivar o diálogo com os jovens participantes e fomentar o debate sobre os temas em questão.

Os pesquisadores acompanhavam as rodas, observando e registrando, não interferindo na condução da conversa entre os mediadores e os jovens participantes; as rodas foram temáticas, ou seja, havia um roteiro predefinido que encadeava os temas, de forma a contemplar os objetivos definidos, o que não impedia que a conversa pudesse versar sobre temas afins e que emergiam na realização da roda. O uso das rodas de conversa na pesquisa tem levantando uma série de indagações sobre a potencialidade desse recurso para explicitar as concepções dos jovens, o uso das narrativas e também o uso das rodas como técnica ou metodologia da pesquisa.

Temos defendido o uso das rodas de conversa como um instrumento capaz de possibilitar a escuta dos jovens, sem direcionar a sua narrativa, bem como de não lhes atribuir narrativas que não foram por eles produzidas.

2 A VIOLÊNCIA CONTRA OS JOVENS E OS ENFRENTAMENTOS POSSÍVEIS — A CAMPANHA “A JUVENTUDE QUER VIVER”

O crescimento da violência no Brasil tem suscitado inúmeros debates, em grande parte, pautados por um senso comum que culpabiliza os jovens por esse crescimento e, por consequência, defende punições mais rigorosas para eles. No entanto, os dados demonstram que esse raciocínio é equivocado, pois os jovens são as maiores vítimas. Para Waiselfisz (2015), responsável pela elaboração do Mapa da Violência no Brasil, este é um drama brasileiro, pois a vitimização dos jovens é crescente, sendo que “as taxas mais elevadas concentram-se na faixa dos 15 aos 24 anos se estendendo, de forma também intensa, até os 29 anos, sendo 150,2% superiores aos do restante da população” (p. 71). Os dados apresentados por ele são assustadores, pois estão, em larga escala, bem acima da média do restante da população, apresentando um crescimento significativo na última década.

Waiselfisz (2012) destaca que, em 2000, do total de homicídios no país, 51,35% foram de jovens, contra 20,53% de não jovens. Em 2010, do total de homicídios, 52,35% foram de jovens, contra 20,45% de não jovens (p. 71). Os dados relativos a Goiás assombram ainda mais, pois de “1998 até 2010, a taxa de homicídio no país permaneceu praticamente estagnada, enquanto a de Goiás mais que duplicou, isto é, cresceu 119,4%” (p. 123). Esse aumento demonstra que o estado de Goiás supera a taxa nacional em 12,2%, sendo esse crescimento mais perceptível no interior (61,5%). Esses dados nos revelavam as dificuldades de combater o assassinato de jovens em Goiás e também que as políticas públicas, quando existem, não conseguem reverter essa realidade.

No entanto, algumas experiências têm sido realizadas no enfrentamento dessa lógica assassina, das quais gostaríamos de destacar a campanha nacional “A juventude quer viver”, contra a violência e o extermínio de jovens, iniciada em 2004 pela Casa da Juventude Pe. Burnier, mas conhecida como CAJU, uma organização não governamental com sede em Goiânia e que era mantida pela Companhia de Jesus. A campanha aglutinou diferentes sujeitos e instituições, dentre as quais as Pastorais da Juventude do Brasil vinculadas à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Conselho Nacional de Juventude, Rede Ecumênica de Juventude, Conselho Nacional das Igrejas Cristãs, Coletivo Jovem da Via Campesina, agremiações diversas do movimento estudantil, organizações juvenis de partidos políticos, dentre outras.

De acordo com Silva e Neta (2010), a campanha propunha o debate sobre questões que envolviam os jovens: a redução da idade penal, o sistema penitenciário, a prostituição infanto-juvenil, o uso e o tráfico de drogas, a educação, a saúde. Mas também buscava compreender as razões que levavam a sociedade brasileira a se posicionar favoravelmente a pautas que atingiam diretamente a vida dos jovens, como a redução da maioridade penal e a naturalização do extermínio dos jovens. A campanha “A juventude quer viver”, ao propor o enfrentamento dessas questões, também tornou visível o assassinato dos jovens por meio da ação direta das forças policiais, que em Goiás ganhou publicidade com a operação da Polícia Federal chamada “Sexto Mandamento”.

A Operação Sexto Mandamento atingiu a Casa da Juventude, uma das principais forças articuladoras da campanha “A juventude quer viver”, e seu diretor, diante das ameaças recebidas, foi obrigado a deixar o trabalho que desenvolvia e buscar proteção. Com isso, a arquidiocese de Goiânia reforçou sua luta para mudar o projeto da CAJU, o que foi sendo feito pela Companhia de Jesus, de forma agressiva a partir desse ano e culminando com o fim do projeto em 2016. O fechamento da CAJU representou uma dura perda para os direitos da juventude e um forte golpe nas instituições em defesa dos jovens em Goiás, pois, além de uma trajetória de acolhimento, formação e de defesa da juventudes, a CAJU também mantinha articulações importantes com outras instituições e coordenava uma rede internacional de trabalho com os jovens.

Se perdemos os espaços de defesa dos jovens ou a capacidade de criar redes de proteção, o assassinato continuava em escala crescente. Em 2015, o Mapa da Violência indicava o crescimento da violência nas cidades goianas, e as que compuseram a amostra da pesquisa se encontravam entre as 100 cidades brasileiras com maior índice de violência:

Novos Polos de Crescimento no Interior dos Estados. Consolida-se, durante a década de 1990, um processo de desconcentração econômica que origina a emergência de novos polos, que atraem investimentos, trabalho e migrações. Somado a esse processo, as deficiências e insuficiências do aparelho do Estado e da Segurança Pública contribuem para a atração da criminalidade e da violência nesses novos polos (WAISELFISZ, 2015, p. 55).

Observando os dados, constatamos que está em curso um forte crescimento da violência nos municípios do entorno de Brasília, mas também emerge “um segundo foco, antes inexistente, na microrregião do sudoeste de Goiás, com elevadas taxas de homicídio”. Esse crescimento se constata, igualmente, em municípios com “faixa de 100 a 200 mil habitantes, com destaque para Luziânia, Águas Lindas de Goiás e Valparaíso de Goiás, do entorno de Brasília, mas também para Rio Verde, do interior” (WAISELFISZ, 2015, p.126). Essa violência, que atinge preferencialmente os jovens, é crescente nas cidades do interior dos estados, que não dispõem de nenhuma política pública para atender as juventudes, deixando a sociedade à mercê dos discursos violentos da mídia e dos grupos que difundem o ideário conservador de punição mais rigorosa e também de extermínio dos jovens.

Os dados apresentados nos impulsionam a questionar as narrativas que naturalizam a violência como um fenômeno juvenil. Ao contrário, constatamos que os jovens são as maiores vítimas dessa sociedade assassina, que atinge de forma brutal os mais pobres e os negros, o que reflete no aumento das taxas de violência sobre esses grupos populacionais. A essa realidade se soma um processo crescente de criminalização da juventude, de naturalização de práticas justiceiras e um ataque aos grupos e às instituições que atuam na defesa dos direitos das juventudes.

Os impactos dessa violência na vida dos jovens e na sua forma de se compreender na sociedade é o objetivo de nosso próximo item.

3. VOZES JUVENIS: VIOLÊNCIA E JUVENTUDES EM DEBATE

Nossa pesquisa teve como *lôcus* o ensino médio da escola pública estadual de Goiás. Historicamente, os jovens que concluem o ensino médio no Brasil ainda representam um percentual reduzido. Assim, os 217 jovens que participaram da pesquisa compõem o grupo dos que conseguiram alcançar o 3º ano. Quem são esses jovens? São em maioria mulheres (59,9%, contra 40,1% de homens), o que sugere que elas chegam em maior número ao final dessa etapa. No quesito cor/raça, os jovens investigados se identificam da seguinte forma: 28% branca, 8,7% negra, 30,3% morena, 32,1% parda e 0,9% indígena. A soma de negros, morenos e pardos equivale a 71,1% dos jovens,

o que representa um ensino médio público composto majoritariamente por negros, os quais, historicamente, não conseguiam ter acesso à etapa da educação básica, bem como concluí-la.

Em relação à faixa etária, 54,5% dos jovens têm entre 16 e 17 anos; 19,2% têm 18 anos, e 26,3%, entre 19 e 23 anos.³ Nenhum estudante se identificou com idade superior a 23 anos. Mesmo no período noturno, predominam alunos muito jovens, pois 55,02% deles têm entre 17 e 18 anos. Nesse aspecto, há uma discussão muito importante sobre a juvenilização da EJA, que coincide com o abandono do ensino médio diurno e a chegada, cada vez mais cedo, dos jovens ao ensino noturno e à EJA, onde também não são visibilizados como sujeitos de direitos (SOUZA; REIS, 2017).

Um dado importante, que revela as condições de vida desses jovens, diz respeito à escolaridade dos pais e das mães dos jovens entrevistados: 64,9% das mães não concluíram o ensino fundamental e 4,9% delas são analfabetas, totalizando 69,9% das mães em condições precárias de educação; 67,8% dos pais também não finalizaram o ensino fundamental e 3,8% são analfabetos. Apenas 3,5% das mães e 3,8% dos pais têm formação superior. Nesse caso, os filhos que chegaram ao ensino médio, com boas chances de concluí-lo, pois já cursavam o 3º ano, são a primeira geração mais escolarizada na família. Talvez por isso, os jovens se sintam tão pressionados a lograrem bons resultados com a escolarização, como revelam as narrativas das rodas de conversa.

Como a pesquisa tinha o objetivo de investigar de que modo os jovens lidam com a violência, perguntamos a eles se já haviam sido *desrespeitados* na escola: 54% disseram que sim, enquanto 46% afirmaram que não. Os jovens fazem poucas referências à violência na escola e, quando o fazem, tratam da violência praticada pelos próprios estudantes, como as brigas e o tráfico de drogas. Esse dado se confirma com as respostas dos questionários, pois, quando perguntados sobre os autores do desrespeito, 70,08% dos estudantes disseram que foram desrespeitados por colegas; 23,08% por professores; 3,42% pela direção, e 3,42% por funcionários. Complementa essa reflexão a resposta dos estudantes sobre o que eles acham mais desrespeitoso na escola: 44,4% deles atribuem o desrespeito maior aos alunos que faltam ou conversam durante as aulas; 28,98% deles afirmam que se sentem desrespeitados pelos professores que não se preocupam em dar boas aulas, e 12,56% atribuem o desrespeito ao conteúdo desvinculado da realidade. A partir desses dados, podemos dizer que os jovens não se queixam de uma escola violenta ou mesmo da violência na escola, ao contrário, as narrativas enfocam a violência externa à escola.

Na sociedade, em geral, os jovens se reconhecem como as maiores vítimas da violência que assola a sociedade. Durante as rodas de conversa, pode-se ouvir o seguinte:

Bom tem um jeito básico sempre de perceber a violência, é a reação da juventude, é só olhar o índice de morte dos jovens no país. A maioria dos índices de morte são jovens, e se você for pesquisar como são as mortes, é facada, é tiro, então de forma violenta. É um modo bem simples de você ver a relação de violência com a juventude (JOVEM 9, Luziânia, 2015).

A narrativa reconhece os altos índices de morte entre os jovens, bem como destaca que elas acontecem de “forma violenta”, mas ao mesmo tempo reitera a relação direta entre violência e juventude, indicando uma narrativa muito homogênea na sociedade brasileira. Santibanez, Frattari e Oliveira realizaram entrevistas e grupos focais na cidade de Goiânia, entre os anos de 2012 e 2013, e afirmam que

A articulação entre juventude e violência é um desses aspectos que permeia o discurso dos entrevistados pertencentes a diferentes estratos sociais, apresentando, por vários e diversos motivos, os jovens, especialmente os pobres, como produtores e protagonistas da violência urbana. Adolescentes, por sua vez, são colocados como símbolo de ameaça e medo nas narrativas de moradores de bairros de classe alta e média, bem como nos bairros populares de Goiânia (SANTIBANEZ; FRATTARI; OLIVEIRA, 2015, p. 313).

Essas narrativas vão permeando o imaginário social brasileiro, criando uma camada espessa que impede uma visão mais ampliada do fenômeno da violência, ou como afirma Waiselfisz (2015, p.9):

A violência na vida social não é um fato que possa ser explicado e compreendido pela ação isolada dos indivíduos, seus temperamentos, irascibilidade ou ainda pelo uso de substâncias estimuladoras, como o álcool ou as drogas. A violência torna-se uma linguagem cujo uso é validado pela sociedade, quando esta se omite na adoção de normas e políticas sabidamente capazes de oferecer alternativas de mediação para os conflitos que tencionam a vida cotidiana, aprofundam as desigualdades e promovem injustiças visíveis (WASELFSZ, 2015, p. 9).

Para muitos jovens que participaram das rodas de conversa, estamos convivendo com uma geração mais violenta, mas as explicações se limitam ao privado das relações familiares:

Nós estamos vivendo com uma geração mais violenta e mais rebelde, então daí como o João disse, tem um pouco a ver também com a criação, porque se os pais não criarem, não tiver uma boa base solida para educar a criança. Mas uns não quer, você vai dar um murro, é diferente de você educar e agredir. Se a violência começa a surgir da família tipo os casos dos pais, a criança vai crescendo com esse pensamento de violência. Ela vai crescer com um pensamento de um mundo deformado, para ela tudo para ela vai gerar em torno disso. (JOVEM 1, Luziânia, 2015).

A violência está presente em nossa vida, vai na festa; na minha casa tinha uma bala, vários fatores a família, a lei é fraca para preservar a vida, famílias desestruturadas, a facilidade de ter armas acessível, traficantes. O acesso as armas é fácil, um canivete por preços super acessível, fácil de comprar (JOVEM 2, Goiânia, 2015).

Estas visões acabam ampliando o medo em relação aos adolescentes e jovens, especialmente os mais pobres e os negros, reconhecidos por suas características físicas, e vistos como bandidos. Por outro lado, ganham destaque respostas paliativas, tais como a defesa de redução da maioridade penal ou o endurecimento da legislação, o toque de recolher, a justiça com as próprias mãos e a legitimidade para que a polícia e as milícias assassinem os jovens, afinal “bandido bom é bandido morto”, frase repetida cotidianamente nos programas de televisão, nas ruas, nas redes sociais. Nessa realidade, uma parcela da população usa as mídias, as instituições, a família, a escola, a igreja e o Estado para defenderem suas posturas. Essa narrativa hegemônica conta com o auxílio da mídia, que amplifica esse clima de medo, inculcando no imaginário o perigo que adolescentes e jovens representam para a sociedade e a necessidade de punição exemplar.

Ganha espaço na mídia e entre a população de um modo geral a representação de uma juventude sem limites, irrecuperável, perigosa e que, portanto, deve sofrer uma punição exemplar. Em contraposição à ideia de proteção e recuperação dessas crianças e adolescentes, sobrepõem-se as exigências de punições penais. [...] Essa visão pungente na sociedade atual não abandona a correlação pobreza e criminalidade, sendo o adolescente pobre apontado como um dos protagonistas principais da maioria das cenas de violência e criminalidade encenadas nas cidades brasileiras (SANTIBANEZ; FRATTARI; OLIVEIRA, 2015, p. 318).

Em meio às vozes silenciadas, os jovens acabam reproduzindo os discursos hegemônicos, não se reconhecem na condição de jovens pobres, têm dificuldades em desvelar a realidade que os cerca e levantar a voz contra o senso comum impregnado.

As leis não são ruins, o bandido conhece as leis (JOVEM 1, Goiânia, 2015).

A lei é fraca, lares desestruturado. Barreiras para se definir (JOVEM 4, Goiânia, 2015).

Não tem boa educação. Protege o menor de idade (JOVEM 7, Goiânia, 2015).

Como a pesquisa foi feita em meio à campanha em defesa da redução da maioridade penal, com uma forte propaganda segundo a qual a lei é branda e favorece o bandido, portanto, necessita-se de uma legislação mais rígida, o discurso vai ganhando capilaridade entre os jovens.

Em contraposição a esse discurso hegemônico, os jovens de Aparecida de Goiânia, que convivem cotidianamente os conflitos com a atuação policial, se veem como a parte frágil dessa contenda:

A forma como a mídia retrata o jovem. A polícia bateu num muleque assim de capacete (JOVEM 8, Aparecida de Goiânia, 2015).

Os amigos invés de apoiar se afasta. As vezes os pais nem ta sabendo... é claro que tem o medo e a insegurança. Direto tem policia P2 dentro do ônibus e ai vai passa por baixo [...] e eles te pegam e te batem. Agora se você for assaltado dentro do ônibus ou no terminal eles demoram pra chegar (JOVEM 10, Aparecida de Goiânia, 2015).

Quando a gente tá andando aqui no bairro eles [a polícia] passam e ficam olhando e ai nem precisa ele chega e você já vai tirando as coisas (JOVEM 10, Aparecida de Goiânia, 2015).

Só porque você se veste assim eles já vão parando (JOVEM 12, Aparecida de Goiânia, 2015).

Só cortar o cabelo assim.. te pegam e você vai parar na delegacia (JOVEM 13, Aparecida de Goiânia, 2015).

Uma pessoa que se veste assim.. um jovem de 25 pode ser coisa boba... se ele pegam... a pessoa acaba se tornando vítima... (JOVEM 15, Aparecida de Goiânia, 2015).

Os relatos dessa roda de conversa indicam que os jovens de Aparecida de Goiânia sabem que a polícia os identifica pela roupa, pelo corte de cabelo, pela linha de ônibus que utilizam, pelo caminho que fazem para chegar à escola. As narrativas revelam o medo, mas também a indignação pelo tratamento dispensado a eles e pela pouca vontade em atender às suas necessidades. Esta é uma narrativa pouco usual e também pouco ouvida nas outras rodas que fizemos. Entre esses jovens, há uma ruptura do discurso

de culpabilização da juventude; ao contrário, expressaram uma defesa dos jovens.

Trindade et al., ao refletirem sobre a violência policial contra os jovens, analisam que

O Brasil é um dos países com maiores índices de violência policial, fruto, ainda, de um comportamento que uma parte da polícia herdou do regime militar que sequestrava, roubava, torturava, bania, exilava e matava. Propaga-se a ideia de que pobre é violento. Porém, são poucos os espaços que questionam o porquê da produção da miséria e da realidade violenta. É importante enfrentar não só as consequências da violência, mas também atacar a raiz dos problemas. A violência, nas suas diferentes manifestações, alcança quase todas as pessoas. De que tipo de violência se fala? Contra quem? Vinda de onde? De quem? Motivada por quais razões? (TRINDADE et al., 2010, p. 134).

Ainda na contraposição ao discurso hegemônico que culpabiliza o indivíduo, nas rodas de conversa também ouvimos dos jovens uma narrativa que reconhece que a violência ultrapassa a mera esfera pessoal ou familiar e apresenta uma gama de fatores para além da tão propalada rebeldia dos jovens ou da desestruturação familiar:

Eu acho que nem sempre o jovem como estamos falando é assim. Batendo na mesma tecla, tem a ver com os pais, porque, porque assim eu não tinha vínculo com meus pais e nem por isso sou violenta. Então não tem muito a ver, pois e muitas vezes é falta do que fazerem, se ele tiver praticando esporte ou se interagindo como estou, pensando que não vai ter tempo para pensar, bater em alguém, usar da violência. Porque ele vai estar interagindo, fazendo alguma coisa, se divertindo (JOVEM 6, Luziânia, 2015)

Se o governo ajudasse mais, faculdade, bolsa... entendeu? Acho que a juventude hoje em dia se esforçaria mais. Muitos jovens não tem chance e aí entra no mundo das drogas, da violência (JOVEM 7, Aparecida de Goiânia, 2015).

Muitas vezes também a violência é falta de lazer para os jovens, porque os pais saem para o trabalho e chega à noite, aí, ele vem para o colégio e ele não sabe o que está fazendo, então o governo poderia propor um, algum período integral pra envolver os jovens [reações dos outros jovens a essa proposta] (JOVEM 5, Luziânia, 2015).

Os jovens também expressam suas narrativas acerca de quais são as saídas para a violência e apontaram a atuação mais incisiva do Estado brasileiro, pois, se os pais se ausentam do cotidiano para manter o sustento da casa, o governo deveria propor alternativas para o atendimento aos

jovens, para além do espaço escolar que ocupa apenas meio período do seu dia. À educação e à religião também são atribuídas funções de controle dos jovens, o que minimizaria a violência. Essa necessidade de controle apresenta diversas perspectivas, mas a questão familiar atinge os jovens de forma bem expressiva e foi um elemento que apareceu em todas as rodas, especialmente, a questão da ausência dos pais/mães em função da dura rotina de trabalho ou mesmo as novas composições familiares. Este é um aspecto que merece estudos mais aprofundados na realidade dos jovens que estão nas escolas públicas de Goiás.

Na voz dos jovens, uma outra forma de diminuir a violência é a aceitação das diferenças entre eles:

tem gente que segue aquele padrão. Igual as meninas da nossa sala... eu estava na reunião dos pais. Ela tem os preconceitos dela. Os cabelos – foi ela quem disse que iria sentir falta dos colegas. Ela foi e agradeceu por ser a gente...ser companheiro e de modo algum a gente ter criticado. Se ela gosta de viver assim, a gente tem que aceita-la como ela é. Na nossa sala tem isso cada um aceita o outro como ele é (JOVEM 1, Rio Verde, 2015).

A capacidade de conviver com o diferente também ganha destaque nesse relato. O respeito ao outro torna-se um fator importante no espaço escolar. Talvez, por isso, as narrativas falem mais da violência fora da escola do que nesse espaço.

REFLETINDO A PARTIR DAS NARRATIVAS DOS JOVENS

As narrativas dos jovens revelam matizes importantes para compreender o fenômeno da violência juvenil, pois ecoam o discurso hegemônico de que o jovem é violento, de culpabilização dos jovens pela violência, propondo como saída uma legislação mais punitiva, o encarceramento e, se necessário, o extermínio dos jovens. Um discurso que faz do jovem refém de sua própria situação, ameaçado, sem saídas, que não se reconhece na realidade de outro jovem. Nesse clima, poderíamos levantar inúmeros questionamentos sobre o que ocultaria esse ódio social contra os adolescentes e jovens, principalmente quando se trata do outro diferente de mim e da minha classe social, em que o outro é visto como ameaça, perigo antecipado a ser combatido e punido antes que se torne uma ameaça ao patrimônio e às *pessoas de bem*.

Mas não há uma única narrativa, outros jovens passam cotidianamente pelo enfrentamento da violência policial e se reconhecem como vítimas de um sistema, vão elaborando uma narrativa menos dura do jovem violento. Outros

apostam na família, na igreja e na educação como instituições de controle da violência juvenil. Outros compreendem que a atuação governamental deveria responder aos desafios cotidianos da falta de políticas públicas para os jovens.

Esses diferentes matizes fazem um contraponto importante, numa sociedade que se encontra cada vez mais polarizada, pois as narrativas dos jovens indicam possibilidades de outras leituras, de outras questões que compõem a realidade complexa que nos cerca e que impacta a vida e o cotidiano de cada um: as desigualdades sociais que atingem as famílias, as precárias condições laborais dos pais, que os obrigam a se submeterem a jornadas exaustivas de trabalho, as novas configurações familiares, a ausência de políticas públicas e equipamentos sociais para os jovens.

Não poderia finalizar essa reflexão sem retomar uma música que foi muito significativa na trajetória da pesquisa. Trata-se da canção *Anjos de plantão*, de Ivo Mozart. Ela foi utilizada como motivação em nossas rodas de conversa em 2015:

Será que alguém me explica o sentido da vida.

Me aponta uma saída ou me conta um segredo?

Me ensina a crescer sem olhar pra trás e sentir medo.

A música é expressiva, pois diz sobre a realidade experienciada pelos jovens. Ela destaca a dúvida, o desejo de obter respostas, a necessidade de empoderamento. Isto é, as vozes juvenis se somavam à música para dizer que pretendem olhar a vida sem medo, construir sonhos, elaborar projetos de vida e de futuro e imaginar saídas possíveis. Em contrapartida, a sociedade brasileira (pelos dados da violência contra jovens) insiste no terror e no medo, assassina e criminaliza os jovens, deixando-lhes a perspectiva de que a violência fatal ou a experiência do sistema carcerário é o que está no horizonte de seus destinos.

Enfim, qual o sentido da vida para esses jovens? Suas narrativas indicam que precisam de uma estrutura familiar, de escolas, de instituições que tenham credibilidade e de condições efetivas que os permitam ser jovens e viver. Não restam dúvidas que temos que retomar as narrativas acerca do lugar dos jovens nesta sociedade violenta, compreender mais dos novos sentidos atribuído às suas vidas, às nossas vidas e encontrar caminhos nos quais possamos *crescer sem sentir medo...*

Artigo recebido em: 16/04/2018
Aprovado para publicação em: 12/06/2018

VIOLENCE AND YOUTH IN GOIÁS: NARRATIVES OF YOUNG PEOPLE FROM PUBLIC SCHOOLS

ABSTRACT: We aim to analyze the narratives of youths from public schools of Goiás, regarding the relationship between violence and youth. The narratives were obtained through conversation circles and questionnaires with 271 kids from the third year of high school, from state schools in four cities in Goiás, characterized by high levels of violence: Aparecida de Goiânia, Goiânia, Luziânia, and Rio Verde. It can be concluded that the young people's narratives reveal important aspects to understand the phenomenon of youth violence because, on the one hand, it echoes the hegemonic discourse that young people are violent, and, on the other hand, we have the narratives that recognize young people as victims of the system and point out the importance of institutions and state action to confront violence.

KEYWORDS: Youths. Violence. Goiás. Narratives.

VIOLENCIA Y JUVENTUD EN GOIÁS: NARRATIVAS DE LOS JÓVENES DE ESCUELAS PUBLICAS

RESUMO: Objetivamos analizar la narrativa de los jóvenes de las escuelas públicas de Goiás acerca de las relaciones entre violencia y juventudes. Las narrativas fueron obtenidas por medio de la realización de "Rodas de Conversa" así como de la realización de un cuestionario a 271 jóvenes de lo tercer año de la enseñanza media de escuelas estatales en cuatro ciudades goianas marcadas por altos índices de violencia: Aparecida de Goiânia, Goiânia, Luziânia y Rio Verde. Se puede concluir que las narrativas de los jóvenes revelan matices significativos para comprender el fenómeno de violencia juvenil, pues de un lado resuena el discurso hegemónico de que el joven es violento, y de otro, las narrativas que reconocen a los jóvenes como víctimas del sistema y apuntan la importancia de las instituciones y de la acción estatal para el enfrentar la violencia.

PALABRAS-CLAVE: Jóvenes. Violencia. Goiás. Narrativas

NOTAS:

1 A equipe de pesquisa foi formada por pesquisadores da Universidade Federal de Goiás, da Universidade Estadual de Goiás e do Cajueiro – Centro de Formação, Assessoria e Pesquisa sobre Juventude. O grupo já tinha realizado, entre os anos de 2009 e 2010, outra pesquisa com jovens de grupos organizados nas cidades de Rio Verde, Luziânia, Aparecida de Goiânia, Senador Canedo, Caldas Novas e Goiás. Os resultados da pesquisa foram divulgados nos seguintes meios: os livros *A juventude quer viver:*

condição juvenis e redes de proteção em Goiás e Rodas de conversa: a juventude quer viver e no vídeo A juventude quer viver.

2 Sobre as rodas de conversa, publicamos em conjunto com o Cajueiro um conjunto de materiais didáticos para o uso das rodas como metodologia do trabalho com os jovens em espaços formais e não formais de educação: SOUZA; TEIXEIRA; SILVA; SANTOS, 2016; TEIXEIRA; ALVES; NIEVES, 2016.

3 Nem todas as questões foram respondidas pelos estudantes. Nesse caso, 3,69% dos entrevistados não mencionaram a idade. No cálculo do percentual de cada questão, considerou-se o número de respondentes de cada questão como padrão para o cálculo.

REFERÊNCIAS

GROPPO, Luís Antonio. Utopias de junho. *Espaço Acadêmico*, Maringá, n. 186, p. 52-60, nov. 2016. Disponível em: www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/download/.../17827. Acesso em: 13 abril 2018.

SANTIBANEZ, D. A. C. S; FRATTARI, N. F.; OLIVEIRA, D. D. As narrativas do medo e a criminalização da juventude: o discurso punitivo contra adolescentes em conflito com a lei. *Inter-Ação*, Goiânia, v.40, n. 2, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.5216/ia.v40i2.32815>>. Acesso em: 12 abril 2018.

SILVA, L.R.; NETA, M.A. Rodas de conversa: entre falas e escutas. In: TEIXEIRA, C.L.; SILVA, L.R.; ALVES, M. (Orgs.). *A juventude quer viver: condição juvenil e redes de proteção em Goiás*. Goiânia: Casa da Juventude; PUC Goiás, 2010.

SOUZA, E. O.; REIS, R. Juventudes na educação de jovens e adultos: contradições entre suas conquistas como sujeitos de direitos e os silenciamentos nos espaços escolares. *Holos*, IFRN, v. 3, 2017. Disponível em: <http://www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/view/5747/pdf>. Acesso em: 12 abril 2018.

SOUZA, A. M.; TEIXEIRA, C. L.; SILVA, L. R.; SANTOS, V. G. *Rodas de conversa – Participação e controle social de políticas públicas de juventude: diálogos na construção de direitos*. Goiânia: Editora América, 2016.

TEIXEIRA, C. L.; ALVES, M. F.; NIEVES, K. F. S. *Roda de conversa: juventudes em diálogo com educação, violência e religião – na busca pela construção de direitos*. Goiânia: Editora América, 2016.

TRINDADE, A.M. et. al. “Empenho de tantas vozes” – a juventude quer viver e redes de proteção. In: TEIXEIRA, C.L.; SILVA, L.R.; ALVES, M. (Orgs.). *A juventude quer viver: condição juvenil e redes de proteção em Goiás*. Goiânia: Casa da Juventude; PUC Goiás, 2010.

WASELFISZ, Julio Jacobo. *Mapa da Violência 2015: mortes matadas por armas de fogo*. Brasília: Secretaria-geral da Presidência da República; Secretaria Nacional de Juventude; Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial. Disponível em: <http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2015/mapaViolencia2015.pdf>. Acesso:

_____. *Mapa da Violência 2012: os novos padrões da violência homicida no Brasil*. São Paulo: Sangari, 2011. Disponível em: http://mapadaviolencia.org.br/pdf2012/mapa2012_web.pdf. Acesso em: 1 abril 2018.

MIRIAM FÁBIA ALVES: Licenciada em História pela Universidade Estadual de Goiás — UEG (1992), mestre em Educação pela Universidade Federal de Goiás — UFG (2000) e doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais — UFMG (2007). É professora associada na Faculdade de Educação/UFG e docente no Programa de Pós-Graduação em Educação. Tem experiência na área de Educação, atuando principalmente nos seguintes temas: História da Educação, Políticas Educacionais, Ensino Médio e Juventudes.

E-mail: miriamfabia@gmail.com
